

Artigo Submetido à Sessão Ordinária da Área Especial, Sub-Área A Teoria de Marx e a Crise Atual

A Crise no Brasil: o início de um novo ciclo

RESUMO

O presente trabalho constitui uma análise da entrada da Economia brasileira na atual crise econômica mundial, tendo por base a Teoria Marxista das Crises Cíclicas de Superprodução, como está exposta em Ribeiro, N.R, “A Crise Econômica: uma visão marxista”. Tal análise foi feita através da leitura de bibliografia selecionada e da coleta de dados secundários referentes à economia brasileira. Por fim, concluiu-se que a crise atual é apenas resultado do movimento cíclico da economia mundial, que teve como agente deflagrador o estouro da bolha imobiliária do setor financeiro norte-americano. Além disso, concluiu-se que a crise na economia brasileira é mais uma das Crises Cíclicas de Superprodução pelas quais passa esta economia desde a sua entrada no ciclo econômico mundial no início dos anos 60, ou seja, é resultado de sua própria dinâmica interna e da relação desta com a dinâmica da economia mundial.

ABSTRACT

This paper is an analysis of Brazilian economy entrance in current global economic crisis, based on Overproduction Cyclical Crises Marxist theory, specifically the interpretation given by Ribeiro, N. R. in "A Crise Econômica: uma visão marxista". This analysis was done through reading of selected literature and secondary data collection for the Brazilian economy. Finally, it was concluded that the current crisis is only result of world economy cyclical

movement, which had, as a trigger, the burst real estate bubble of the U.S. financial sector. Also, it was concluded that crisis in the Brazilian economy is one of the cyclical crises of overproduction in which the economy is on since its entry into the global economic cycle in the early 60's, it is the result of its own internal dynamics and this relationship with the dynamics of the global economy.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a economia mundial passa por uma grave crise econômica, a qual se iniciou com o estouro de uma bolha financeira no setor imobiliário norte-americano. Sendo deflagrada no setor financeiro, ela expandiu-se para o “lado real” da economia, apesar de todas as tentativas de impedir tal acontecimento.

Subestimada no início, boa parte dos economistas não acreditava que ela fosse realmente causar um grande impacto no crescimento da economia mundial. Pensavam que o crescimento vigoroso experimentado pelos países emergentes, tais como China e Índia, iria agir como uma espécie de “contrapeso” em relação à crise que se desenvolvia nos Estados Unidos, mesmo depois desta haver passado para o “lado real” da economia. No Brasil, seguindo a idéia que ficou conhecida por “tese do descolamento”, o presidente Lula, seu ministro da fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meireles, apressaram-se em dizer que, devido aos “sólidos fundamentos macroeconômicos” da economia brasileira, o país não sofreria nenhum impacto gerado por esta crise. Entretanto, para surpresa geral, o mundo inteiro mergulhou de cabeça na crise juntamente com o Brasil.

Em todos os países do mundo, passou a configurar-se uma superprodução generalizada, não só de mercadorias, mas também de capitais. Como consequência, o número de pessoas desempregadas aumenta, o que reduz ainda mais a demanda e faz com que os prejuízos das empresas se acumulem. Em termos de destruição de capitais, a atual catástrofe já supera a violenta crise pela qual passou a economia mundial, em 1929, e que ficou conhecida na literatura econômica como a “Grande Depressão”.

A violência da atual crise mundial põe os economistas diante da necessidade de encontrar uma explicação. Algumas respostas apressadas já foram formuladas. Elas em geral identificam como causa da crise aspectos específicos que aparentemente estiveram na origem do fenômeno e que poderiam ter sido combatidos no seu devido tempo. O mesmo ocorre quando tomamos o caso particular da economia brasileira.

O fato é que não é de hoje que os economistas tomam as crises no sistema capitalistas como uma “... *conjugação excepcional no tempo, de uma série de acontecimentos infelizes que, com certeza, não se repetirão...*”¹. Há sempre, portanto, um choque do petróleo, um ataque terrorista ou uma carência de regulação em instituições financeiras para agir como causador das crises econômicas que ocorrem nas economias capitalistas.

Outras conclusões seriam tiradas se o instrumento teórico utilizado considerasse as crises como uma lei do Modo de Produção Capitalista, as quais, portanto, existirão enquanto tal modo de produção existir, pois são necessárias para a sua regulação. A partir dessa teoria seria perfeitamente previsível a aproximação da crise e que ela assumiria uma forma financeira. Também seria previsível que, uma vez surgida no setor financeiro norte-americano, iria inevitavelmente passar para o “lado real” da economia. A “tese do descolamento” seria lançada por terra e a crise iria espalhar-se para todos os países capitalistas do mundo. E tudo isto não seria um mero palpite, mas uma conclusão científica.

Diante da necessidade de prover uma explicação para a entrada da economia brasileira na crise, elaborou-se o presente trabalho que tem por base a Teoria Marxista das Crises Cíclicas de Superprodução. A interpretação desta que nos norteia é a desenvolvida em RIBEIRO, N. R., “A Crise Econômica: uma visão marxista”, João Pessoa, 2008.

Não seria viável apresentar aqui a exposição completa das causas das crises e todo o desenvolvimento lógico que torna evidente que as Crises Cíclicas de Superprodução são uma lei do Modo de Produção Capitalista. Portanto, limitar-nos-emos a dizer que identificamos como

¹ MCCRAKEN, Paul. **Pleno Emprego e a Estabilidade dos Preços**. 1976. p.17. Este estudo foi encomendado ao autor pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE, no intuito de encontrar uma explicação para a crise ocorrida nos anos 70;

conteúdo das crises “a produção de um volume crescente de mercadorias, e de uma quantidade crescente de consumidores e ao mesmo tempo a criação de barreiras que impedem o consumo”².

Além disso, para nós, a responsável por fazer das Crises de Superprodução uma lei do sistema capitalista é:

“[...] a contradição entre o caráter social da produção e a forma de apropriação privada capitalista. É esta contradição que se manifesta como contradição entre produção e consumo, como desproporcionalidade entre os diferentes ramos, como anarquia da produção, como contradição entre o desenvolvimento absoluto das forças produtivas e a base estreita das relações de consumo e etc. É esta a causa fundamental das crises de superprodução e é por isso que tais crises são inerentes ao capitalismo, são uma lei econômica deste sistema”³.

Consideramos que a ciclicidade do movimento é dada pelo tempo de depreciação do capital constante fixo, em termos físicos e morais. As observações empíricas têm mostrado que o tempo base para cada ciclo é um período que varia de 7 a 11 anos e o fenômeno é conhecido como Ciclo de Juglar.

Pretendemos demonstrar que o que ocorre atualmente na economia brasileira nada mais é do que a passagem, da fase de auge do ciclo econômico, para a fase de crise.

Para atingir tal objetivo geral, foram feitas as seguintes verificações:

- Se os dados empíricos da economia brasileira mostram os ciclos de expansão e crise e, conseqüentemente, se a teoria das Crises Cíclicas de Superprodução é válida para explicar esta realidade;
- Se a análise do último ciclo econômico da economia brasileira, que se iniciou em 1998 e chegou ao fim no terceiro trimestre de 2008, quando começou o novo ciclo, possibilita realizar a periodização do primeiro e datar o início do segundo.

² RIBEIRO, N. R. **A crise econômica**: conteúdo e formas de manifestação. In: Elivan Rosas Ribeiro. (Org.). Globalização, competitividade e crise. João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 2002, v. , p. 1-262;

³ RIBEIRO, Nelson Rosas, **Crise Econômica**: uma visão marxista, 1ª edição, João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2008, p. 133;

Para atingir tais objetivos, com base no método de análise materialista-dialético, utilizamo-nos da leitura crítica de bibliografia selecionada e da análise de dados secundários da economia brasileira.

Utilizamos, ainda, dois recursos, um estatístico e outro econométrico, para o tratamento dos dados referentes às taxas de crescimento do Produto Interno Bruto da economia brasileira, que possibilitaram visualizar a tendência do movimento. O primeiro foram as Médias Trienais Móveis e o segundo foi o Filtro Hodrick-Prescott. Para este último, utilizamos um baixo nível de calibragem ($\lambda = 1$).

Além disso, para deixar todas as variáveis com uma periodicidade equivalente, ou seja, com periodicidade anual, utilizamo-nos de médias simples dos índices mensais de horas trabalhadas, horas pagas e pessoal ocupado. Utilizamos, também, de uma média simples do nível mensal de utilização da capacidade instalada da indústria, assim como da indústria de bens de capital e de bens de consumo, para chegar a um indicador que expressasse a utilização da capacidade instalada média do ano.

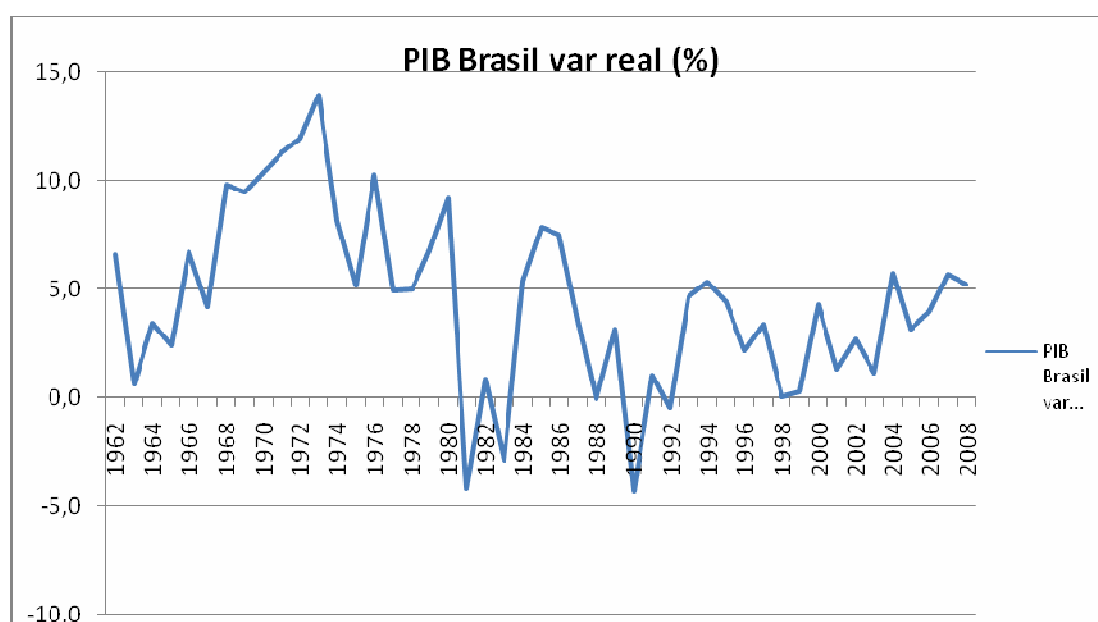
AS CRISES CÍCLICAS DE SUPERPRODUÇÃO: UMA LEI DAS ECONOMIAS CAPITALISTAS

Para que uma economia capitalista passe a integrar o movimento cíclico mundial, é necessário que se complete o processo de “internalização” do capital em tal economia. Enquanto isto não ocorre, as crises locais serão apenas reflexos da crise mundial, ou seja, crises refletidas. A economia brasileira não foge a esta regra.

Segundo Ribeiro (1988), o Brasil entrou oficialmente no ciclo econômico mundial no início da década de 60. Desde então, a dinâmica interna do país tornou-se capaz de gerar seu próprio movimento cíclico, o que se evidencia pela peculiaridade da sua primeira crise cíclica. A partir daí, entra-se em sincronia com o movimento cíclico mundial.

Das variáveis que nos permitiriam observar o movimento cíclico, a mais indicada é a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, pois ela mostra o crescimento da atividade econômica em todo o país. Lamentamos o fato de não termos uma variável mais rigorosa para o estudo do movimento cíclico, uma vez que a metodologia usada para o cálculo dos setores que compõem o PIB de qualquer economia no mundo é baseada na teoria neoclássica. Entretanto, mesmo com tais dificuldades, o movimento cíclico ainda pode ser evidenciado, como mostra o gráfico da figura 1, elaborado com base nos dados apresentados no anexo 1.

Figura 1 - Variação Real do PIB da Economia brasileira (1962 - 2008)⁴:



A observação dos dados fornecidos já torna possível a visualização do movimento cíclico. Entretanto, esta é prejudicada pelos impactos causados pelas políticas econômicas dos governos ao longo dos anos. Desta forma, para observar melhor a tendência do movimento, vamos utilizar dois recursos. O primeiro são as Médias Trienais Móveis e o segundo é o Filtro Hodrick-Prescott. A utilização de tais recursos para o tratamento dos dados gerou os gráficos das figuras 2 e 3, apresentadas a seguir.

⁴ Para o ano de 2008 foi estabelecida uma previsão fornecida pelo FMI;

Figura 2 - Variação Real do PIB brasileiro (1962 - 2008) tratada através das Médias Trienais Móveis:

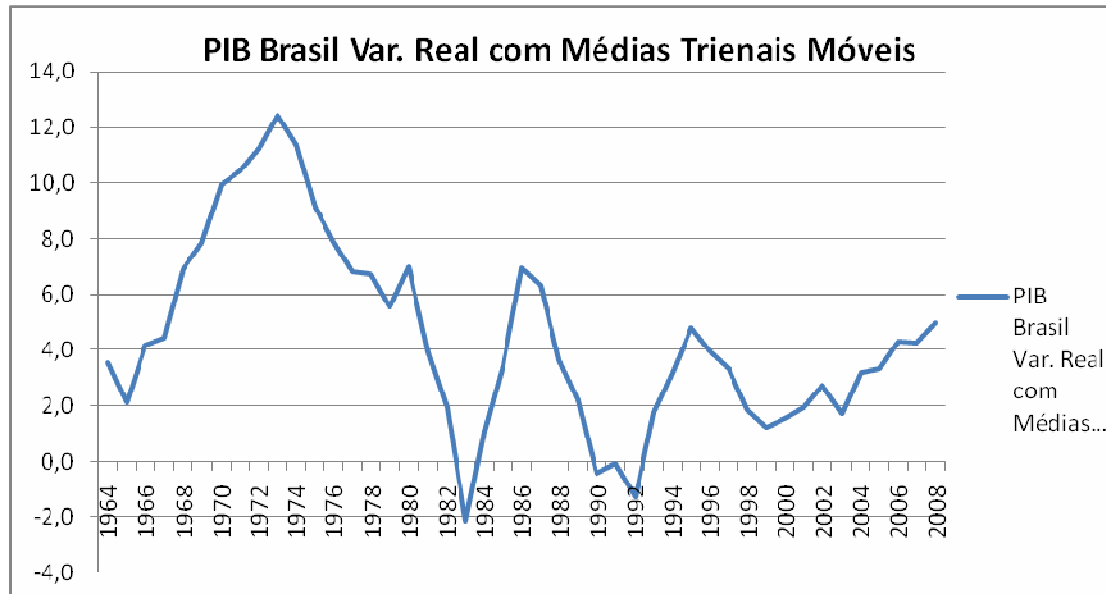


Figura 3 - Variação do PIB brasileiro (1962 - 2008) tratada através do Filtro Hodrick-Prescott:



A observação do movimento cíclico agora já se torna bem mais fácil. Entretanto, tais recursos têm também seus defeitos. Além de deslocar no tempo os pontos de mínimo e de máximo das curvas, eles amaciam os ciclos de tal forma, principalmente o Filtro HP, que escondem os movimentos cíclicos de pequena intensidade, como a crise ocorrida após o milagre econômico brasileiro. Se observarmos os gráficos no período que vai do início da década de 70 ao início da década de 80, aparentemente ocorre uma crise só em 1974 e o processo de destruição de capital arrasta-se até o início da década de 80.

Por isso, para tecer comentários acerca da quantidade de movimentos cíclicos e para a periodização de tal movimento, torna-se necessária a utilização dos dados brutos. Através da observação destes e fundamentados em estudos anteriores, constatamos a ocorrência de seis movimentos cíclicos na economia brasileira no período utilizado. Assim sendo, considerando que coletamos dados de um período de 47 anos, verifica-se a validade do período base do Ciclo de Juglar.

Após todas as apreciações feitas, as quais comprovam a capacidade explicativa da Teoria das Crises Cíclicas de Superprodução, uma consideração precisa ser acrescentada. Esta é relativa a um fato novo que parece ter se tornado regra do capitalismo moderno. Um determinado ponto de auge nos ciclos atuais não mais alcança taxas de crescimento superiores ao ponto de auge que o precede. Pelo contrário. Se introduzirmos nos gráficos apresentado anteriormente uma linha de tendência, observaremos que, pelo menos nas economias estudadas, há uma tendência à estagnação do seu crescimento. Comprovar que isto realmente tornou-se uma regra do capitalismo moderno e identificar suas causas ultrapassa os objetivos deste trabalho. Nem mesmo descartamos a possibilidade desta tendência ser revertida. Entretanto, não podemos deixar de apontar o fato, o qual deve servir de objeto de estudo de análises posteriores.

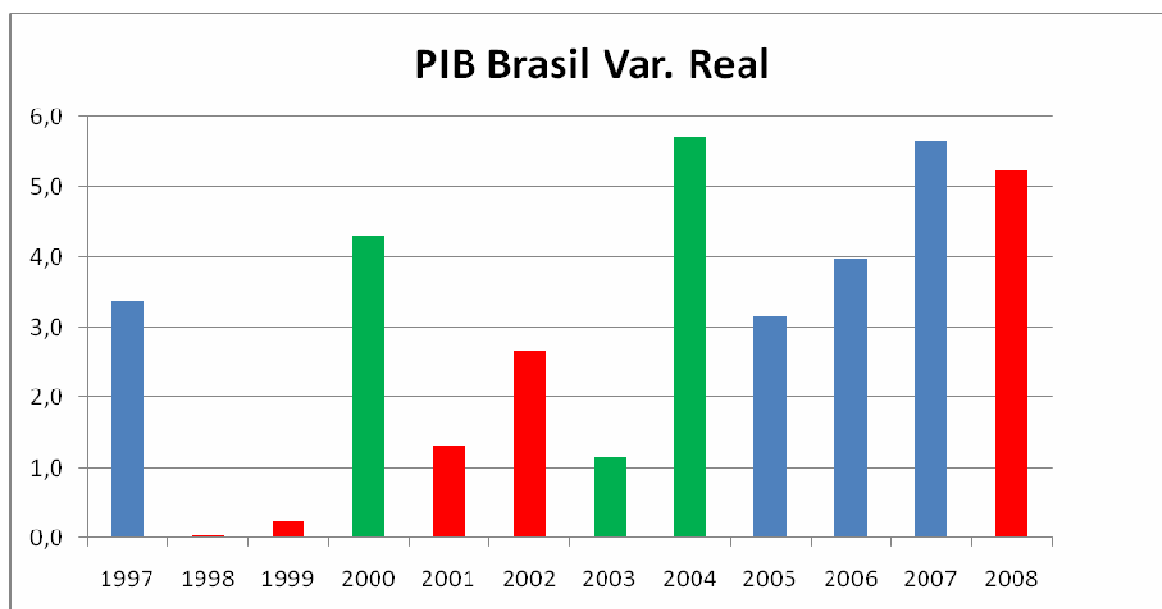
A PERIODIZAÇÃO DO CICLO ECONÔMICO BRASILEIRO: 1998 - 2008

Já mostramos anteriormente que a economia brasileira, desde o início dos anos 60, desenvolve-se através de ciclos de expansão e crise. Tendo isto por base, vamos agora

acompanhar seu último movimento cíclico para demonstrar que, de fato, o que ocorre agora é nada mais do que a entrada desta economia em um novo ciclo.

A análise de todos os dados coletados, referentes ao período em estudo, nos leva a propor a seguinte periodização para o ciclo econômico brasileiro, expressa na figura 4:

Figura 4 - Variação Real do PIB brasileiro. As barras em azul indicam as fases de animação média ou auge. As barras em vermelho indicam períodos de crise e depressão. E, finalmente, as barras em verde indicam deformações já identificadas:



Feita a proposta de periodização, vamos analisar separadamente cada período de forma detalhadas para expor as razões que nos levaram a esta proposta.

1998 e 1999: crise

O instrumental teórico que serve de base para a elaboração do presente trabalho caracteriza como crise o momento que vai desde o início da desaceleração da atividade

econômica, no país, até a sua chegada na taxa mínima. Ou seja, caracterizamos como crise todo o período que compreende boa parte do processo de destruição de capitais.

Este período é precedido pelo auge da atividade econômica, onde se forma uma superprodução latente que necessita apenas de um agente deflagrador para dar início à crise propriamente dita. Esta superprodução latente caracteriza-se por um aumento considerável na oferta que não pode ser acompanhado pela procura. Ocorrido isto, cessa o estímulo ao setor produtor de bens de capital, o setor I, e inicia-se a queda na demanda, deflagrando a redução nos ritmos de crescimento do PIB, o que marca a entrada na fase de crise. A superprodução latente na economia brasileira pode ser evidenciada através da análise dos dados relativos à Formação Bruta de Capital Fixo apresentados abaixo na tabela 1.

Tabela 1 - Formação Bruta de Capital Fixo, variação real anual, (1997 – 1999)

Anos	1997	1998	1999
Variação Real (%)	8,73	-0,34	-8,73

Fonte: IBGE.

Como vemos, em 1997, a Formação Bruta de Capital Fixo teve um grande crescimento e iniciou o processo de queda a partir de 1998, quando foi deflagrada a crise. Para fazer tal afirmação com mais propriedade, vamos primeiro analisar os dados relativos ao consumo na economia brasileira.

Tabela 2 - Consumo Final na Economia brasileira (variação anual em %)

Anos	1997	1998	1999
Variação Real	2,61	0,21	0,70

Fonte: IBGE.

Tabela 3 - Consumo Final das Famílias na Economia brasileira (variação anual em %)

Anos	1997	1998	1999
Variação Real	3,04	-0,61	0,34

Fonte: IBGE.

De fato, cessado o estímulo ao setor I, a demanda na economia não cresce mais como antes. Entretanto, uma vez transformado o Capital Dinheiro em Capital Produtivo, sendo a forma de um fenômeno a responsável por determinar sua função, a única coisa que o capitalista pode fazer é simplesmente produzir. E é o que acontece, dando origem a um quadro de superprodução generalizada de mercadorias, como atestam os seguintes dados:

Tabela 4 - Variação Anual dos Estoques na Economia brasileira em R\$(milhões):

Anos	1997	1998	1999
Variação de Estoques	523,98	580,51	7.665,62

Fonte: IBGE.

Tabela 5 - Utilização da Capacidade Instalada da Indústria de Bens de Capital da Economia brasileira em %:

Anos	1997	1998	1999
Utilização da Capacidade Instalada	81,25	77,00	73,00

Fonte: FGV.

Tabela 6 - Utilização da Capacidade Instalada da Indústria de Bens de Consumo da Economia brasileira em %:

Anos	1997	1998	1999
Utilização da Capacidade Instalada	84,25	79,00	76,75

Fonte: FGV.

Tabela 7 - Horas Pagas na Indústria Brasileira (média anual dos índices mensais, 2006 = 100);

Anos	1997	1998	1999
Horas Pagas	116,42	107,88	101,54

Fonte: FIESP.

Tabela 8 - Horas Trabalhadas na Indústria Brasileira (média anual dos índices mensais, 2006 = 100):

Anos	1997	1998	1999
Horas Trabalhadas	102,54	94,95	86,69

Fonte: CNI.

Tabela 9 - Pessoal Ocupado na Economia brasileira (média anual dos índices mensais, 2006 = 100);

Anos	1997	1998	1999
Pessoal Ocupado	107,40	101,80	95,61

Fonte: FIESP.

Tabela 10 - Taxa de Desemprego Aberta da economia brasileira em %;

Anos	1997	1998	1999
Taxa de desemprego	10,16	11,68	12,06

Fonte: SEADE/PED.

Evidencia-se, através da observação da diminuição dos índices de horas pagas, horas trabalhadas e pessoal ocupado, da redução da utilização da capacidade instalada e do aumento do desemprego aberto, que os capitalistas defendem-se da crise diminuindo o ritmo de produção e demitindo seus funcionários. Isto, contudo, não é suficiente para conter a superprodução, como mostra a variação nos estoques. Além disso, os índices de inadimplência na economia elevam-se bastante, demonstrando que a crise manifesta-se também através da sua segunda forma: o dinheiro como meio de pagamento.

Tabela 11 - Inadimplência na Economia brasileira (média anual dos índices mensais em t-3)

Anos	1997	1998	1999
Índice	9,98	11,87	9,73

Fonte: ACPS/IEGV.

Tabela 12 - Inadimplência na Economia brasileira (média anual dos índices mensais em t-4)

Anos	1997	1998	1999
Índice	10,17	11,69	9,52

Fonte: ACPS/IEGV.

De fato, torna-se evidente o quadro de crise de superprodução na economia brasileira no referido período.

2000 a 2002: depressão

Deparamo-nos, agora, com o que aparenta ser uma deformação no ciclo econômico brasileiro, ou seja, um comportamento atípico do nível de atividade econômica no caso de termos por base a teoria das crises.

Iniciado o processo de destruição de capital na sociedade, é natural que o ritmo do crescimento econômico desacelere gradualmente até que, uma vez destruído todo o capital em excesso, ele possa voltar a acelerar.

Em vez disso, tivemos, durante a fase de depressão do ciclo, uma elevação considerável do nível de atividade econômica no ano 2000. Não é por menos que este indicador tem uma queda violenta no ano seguinte, uma vez que o processo de destruição de capitais ainda não estava completo.

Cientes, portanto, que o crescimento econômico experimentado pela economia brasileira neste ano constitui um comportamento atípico, apontamos como objetos de análise de

estudos posteriores o exame pontual das deformações cíclicas, as quais podem ter sofrido influência da mudança na metodologia de cálculo do Produto Interno Bruto brasileiro.

Prosseguindo com a análise, vamos iniciar a formação do elenco de estatísticas que atestam a veracidade da periodização que propomos com os dados relativos à produção e ao mercado de Força de Trabalho. Vejamos o que nos dizem estes dados:

Tabela 13 - Variação Anual dos Estoques na Economia brasileira em R\$(milhões):

Anos	2000	2001	2002
Variação de Estoques	17.106,00	12.982,00	-2.811,00

Fonte: IBGE.

Tabela 14 - Utilização da Capacidade Instalada da Indústria de Bens de Capital da Economia brasileira em %:

Anos	2000	2001	2002
Utilização da Capacidade Instalada	79,95	79,05	71,93

Fonte: FGV.

Tabela 15 - Utilização da Capacidade Instalada da Indústria de Bens de Consumo da Economia brasileira em %:

Anos	2000	2001	2002
Utilização da Capacidade Instalada	76,50	76,33	74,65

Fonte: FGV.

Tabela 16 - Horas Pagas na Indústria Brasileira (média anual dos índices mensais, 2006 = 100);

Anos	2000	2001	2002
Horas Pagas	103,17	97,88	93,07

Fonte: FIESP.

Tabela 17 - Horas Trabalhadas na Indústria Brasileira (média anual dos índices mensais, 2006 = 100):

Anos	2000	2001	2002
Horas Trabalhadas	90,24	91,80	92,83

Fonte: CNI.

Tabela 18 - Pessoal Ocupado na Economia brasileira (média anual dos índices mensais, 2006 = 100);

Anos	2000	2001	2002
Pessoal Ocupado	96,54	92,31	88,43

Fonte: FIESP.

Tabela 19 - Taxa de Desemprego Aberta da economia brasileira em %;

Anos	2000	2001	2002
Taxa de desemprego	11,02	11,18	12,12

Fonte: SEADE/PED.

Aqui vemos que os estoques da economia continuam a elevar-se até o ano de 2002, quando finda o processo de destruição de capital. Na tentativa de conter o processo de superprodução, os capitalistas reduziram ainda mais o ritmo da produção com a diminuição do tempo de funcionamento das empresas e com demissões, o que pode ser observado tanto pela redução dos índices de horas pagas, de horas trabalhadas e de pessoal ocupado da indústria, como pela redução da utilização da capacidade instalada e pelo aumento da taxa de desemprego.

Com o processo de destruição de capitais aproximando-se do fim, a demanda começa a dar sinais de reação, conforme mostram os dados abaixo:

Tabela 20 - Consumo Final na Economia brasileira (variação anual em %)

Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Variação Real	2,61	0,21	0,70	3,03	1,16	2,60

Fonte: IBGE.

Tabela 21 - Consumo Final das Famílias na Economia brasileira (variação anual em %)

Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Variação Real	3,04	-0,61	0,34	3,93	0,67	1,82

Fonte: IBGE.

Ao fazer um cruzamento destes dados com os dados anteriormente apresentados, vemos que oferta e demanda não crescem em proporções iguais, o que explica a variação positiva nos estoques.

Além disso, mais uma vez devido à proximidade do término da destruição de capitais, a confiança do setor financeiro, embora continue instável, cai para um patamar mais baixo, conforme mostram os dados a seguir:

Tabela 22 - Inadimplência na Economia brasileira (média anual dos índices mensais em t-3)

Anos	2000	2001	2002
Índice	5,77	7,49	6,36

Fonte: ACPS/IEGV.

Tabela 23 - Inadimplência na Economia brasileira (média anual dos índices mensais em t-4)

Anos	2000	2001	2002
Índice	5,75	7,59	6,38

Fonte: ACPS/IEGV.

Com o quadro anteriormente mostrado, seria de se esperar que os investimentos no período estivessem baixos. E é precisamente o que nos mostra a evolução da Formação Bruta de Capital Fixo apresentada na tabela a seguir.

Tabela 24 - Formação Bruta de Capital Fixo (variação real anual em %)

Anos	2000	2001	2002
Índice	5,03	0,44	-5,23

Fonte: IBGE.

Julgamos, portanto, que os dados aqui apresentados são suficientes para atestar o que dissemos. Ou seja, que o período iniciado no ano 2000 e que se estende até o ano de 2002 corresponde à depressão do ciclo econômico iniciado em 1998.

2003 a 2005: reanimação média

A crise no Modo de Produção Capitalista, como já dito aqui, tem por função realizar um saneamento da economia, expulsando do mercado os produtores menos competentes. Como estes produziam com custos de produção muito altos, a sua saída do mercado faz com que o preço de produção de mercado seja reduzido e estimula a demanda. A transferência de parte destes produtores para outros ramos menos lucrativos também estimula a demanda através da ampliação dos mercados. Na busca dos novos mercados abertos, os produtores restantes, desta forma, iniciam o processo de aumento do ritmo da produção, o que pode ser evidenciado pelos dados elencados a seguir:

Tabela 26 - Variação de Estoques na Economia brasileira em R\$(milhões):

Anos	2003	2004	2005
Variação de Estoques	8.381,00	19.817,00	5.739,00

Fonte: IBGE.

Tabela 27 - Utilização da Capacidade Instalada da Indústria de Bens de Capital Brasileira em %:

Anos	2003	2004	2005
Utilização da Capacidade Instalada	72,73	79,30	82,33

Fonte: FGV.

Tabela 28 - Utilização da Capacidade Instalada da Indústria Brasileira de Bens de Consumo em %:

Anos	2003	2004	2005
Utilização da Capacidade Instalada	76,15	78,35	80,15

Fonte: FGV.

Tabela 29 - Horas Pagas na Indústria Brasileira (média anual dos índices mensais, com 2006 = 100)

Anos	2003	2004	2005
Horas Pagas	88,60	92,49	96,12

Fonte: FIESP.

Tabela 30 - Horas Trabalhadas na Indústria Brasileira (média anual dos índices mensais, com 2006 = 100)

Anos	2003	2004	2005
Horas Trabalhadas	92,67	96,75	99,82

Fonte: CNI.

Tabela 31 - Pessoal Ocupado na Indústria Brasileira (média anual dos índices mensais, 2006 = 100)

Anos	2003	2004	2005
Pessoal Ocupado	86,43	89,51	94,71

Fonte: FIESP.

Tabela 32 - Taxa de Desemprego Aberta da Economia brasileira em %:

Anos	2003	2004	2005
Taxa de Desemprego	12,72	11,76	10,55

Fonte: SEADE/PED.

Como se pode ver, as empresas começam a aumentar o nível de produção utilizando parte da capacidade ociosa que possuíam. A utilização da capacidade instalada, a partir de 2003, começa sua trajetória ascendente. Para por o equipamento ocioso em funcionamento, evidentemente, torna-se necessário o aumento do tempo de produção, o que pode ser observado pelo aumento dos índices de horas pagas e trabalhadas, e a contratação de novos trabalhadores, mostrados na queda da taxa de desemprego. A variação dos estoques, se comparada aos anos anteriores, excetuando-se o ano de 2004, apresenta-se em nível razoável.

O crédito, por sua vez, estimula também o consumo, uma vez recobrada a confiança do setor financeiro. Isto pode ser visto através da análise dos dados relativos ao setor financeiro:

Tabela 33 - Inadimplência na Economia brasileira (média anual dos índices mensais em t-3)

Anos	2003	2004	2005
Índice	5,17	4,20	4,96

Fonte: ACPS/IEGV.

Tabela 34 - Inadimplência na Economia brasileira (média anual dos índices mensais em t-4)

Anos	2003	2004	2005
Índice	5,22	4,32	5,04

Fonte: ACPS/IEGV.

Tabela 35 – Evolução das Operações de Crédito na Economia brasileira:

Anos	2003	2004	2005
Número de Operações de Crédito	4.667.461	5.475.506	6.587.008
Variação anual em %	0,10	,0,17	0,20

Fonte: Banco Central do Brasil.

Em resposta a essa nova conjuntura, o consumo começa a aumentar, como mostram os dados a seguir:

Tabela 36 - Consumo Final na Economia brasileira (variação real anual em %):

Anos	2003	2004	2005
Variação Real Anual	-0,29	3,88	3,94

Fonte: IBGE.

Tabela 37 - Consumo Final das Famílias na Economia brasileira (variação real anual em %):

Anos	2003	2004	2005
Variação Real Anual	-0,65	3,81	4,52

Fonte: IBGE.

É evidente que, uma vez crescendo o consumo, não só das famílias, como também da economia como um todo, não haveria como a indústria continuar expandindo a sua produção através da elevação da Utilização da Capacidade Instalada. Desta forma, timidamente, os investimentos começam a crescer na economia. Vejamos os dados:

Tabela 38 - Formação Bruta de Capital Fixo (variação real anual em %)

Anos	2003	2004	2005
Variação Real	-4,59	9,12	3,63

Fonte: IBGE.

A abrupta elevação do ano de 2004 explica-se não só pelas quedas consecutivas deste indicador nos anos anteriores, que fez com que um crescimento pequeno, em relação às condições normais, tomasse a aparência de um crescimento significativo, mas também se explica pela própria peculiaridade do ano que é indicada por nós como objeto de estudo de análises posteriores.

Caracterizada a fase de reanimação média, percebe-se, portanto, que a economia brasileira, no ano de 2005, rumava claramente para o auge do ciclo econômico.

2006 ao segundo trimestre de 2008: auge

É no auge do ciclo econômico que a economia atinge seu mais alto nível de atividade. O que ocorre é que o início dos estímulos ao Setor I, durante a fase de reanimação média do ciclo, faz com que a demanda seja cada vez mais estimulada. O crescimento desta, por sua vez, faz com que os capitalistas que conseguiam aumentar sua produção através da utilização da capacidade instalada atinjam também o limite desta. Este ciclo vicioso mantém-se até que, estimulados não só pelo aumento da demanda, mas também pela concorrência, os capitalistas conseguem ampliações na capacidade produtiva suficientes para suprir o crescimento da procura. Uma vez constatado esse quadro, cessa o estímulo ao Setor I.

No prosseguimento da análise, devemos primeiramente constatar o aumento no ritmo da produção acarretado pelos primeiros investimentos, os quais foram apresentados no ponto anterior.

Tabela 39 - Utilização da Capacidade Instalada da Indústria de Bens de Capital Brasileira em %:

Anos	2006	2007
Utilização da Capacidade Instalada	82,04	85,74

Fonte: CNI.

Tabela 40 - Utilização da Capacidade Instalada da Indústria Brasileira em %⁵:

Anos	2006	2007
Utilização da Capacidade Instalada	80,68	82,39

Fonte: CNI.

Tabela 41 - Média anual do índice de horas pagas da indústria brasileira

Anos	2006	2007
Horas Pagas	100,00	103,57

Fonte: FIESP.

Tabela 42 - Média anual do índice mensal das horas trabalhadas na indústria brasileira

Anos	2006	2007
Horas Trabalhadas	100,00	106,28

Fonte: CNI.

Tabela 43 - Pessoal Ocupado na Indústria Brasileira (média anual dos índices mensais, 2006 = 100)

Anos	2006	2007
Pessoal Ocupado	100,00	104,58

Fonte: FIESP.

⁵ Infelizmente não conseguimos continuar a série de dados relativa à indústria de bens de consumo, devido a interrupção da coleta por parte da entidade responsável;

Tabela 44 - Taxa de Desemprego Aberta da Economia brasileira em %:

Anos	2006	2007
Taxa de Desemprego	10,37	10,13

Fonte: SEADE/PED.

A economia, como vemos, aqueceu-se ainda mais neste período motivada pelo estímulo à demanda provocado pelos investimentos iniciais. Esse estímulo à demanda pode ser observado através dos seguintes dados:

Tabela 45 - Consumo Final na Economia brasileira (variação real anual em %):

Anos	2006	2007
Variação Real Anual	4,55	5,90

Fonte: IBGE.

Tabela 46 - Consumo Final das Famílias na Economia brasileira (variação real anual em %):

Anos	2006	2007
Variação Real Anual	5,20	6,30

Fonte: IBGE.

Entretanto, como já dissemos, os capitalistas não poderiam responder a este estímulo somente através da contratação de novos trabalhadores ou do aumento do tempo de funcionamento dos equipamentos. Era necessário investir. E, como mostram os dados seguintes, o aquecimento da economia se deu de uma só vez, gerando um forte estímulo ao Setor I:

Tabela 47 - Formação Bruta de Capital Fixo (variação real anual)

Anos	2006	2007
Variação Real	9,77	13,49

Fonte: IBGE.

O forte estímulo ao Setor I, através da corrida aos investimentos criou, portanto, uma superprodução latente na economia. Tornava-se necessário apenas o surgimento de um agente deflagrador para se configurar a situação de crise.

A crise, contudo, é ainda postergada pelo aumento da oferta de crédito. A efervescência deste setor, apenas conseguiu adiar temporariamente a eclosão do fenômeno, pois a crise também se manifesta através do dinheiro como meio de pagamento. A indicação disto pode ser vislumbrada pelo aumento do índice de inadimplência, que, até então, vinha em trajetória de queda e pelo aumento mais expressivo da oferta de crédito.

Tabela 48 - Inadimplência na Economia brasileira (média anual dos índices mensais em t-3)

Anos	2006	2007
Índice	5,31	5,44

Fonte: ACPS/IEGV.

Tabela 49 - Inadimplência na Economia brasileira (média anual dos índices mensais em t-4)

Anos	2006	2007
Índice	5.43	5.55

Fonte: ACPS/IEGV.

Tabela 50 - Evolução das Operações de Crédito na Economia brasileira:

Anos	2006	2007
Número de Operações de Crédito	7.975.695	9.856.440
Variação anual em %	0,21	0,24

Fonte: Banco Central do Brasil.

Alimentada pelo crédito, que cresceu 32% em 2008, a efervescência econômica persistiu até o final do terceiro trimestre deste ano. Por isso, as estatísticas anuais aparecem, como um sinal de prosperidade. A utilização da capacidade instalada da indústria como um todo, considerando a sua média anual (com dados até novembro), atingiu 83,05%. As médias dos índices mensais das horas pagas, das horas trabalhadas e do pessoal ocupado atingiram, respectivamente, 110,67; 109,85 (dados até novembro) e 109,35. Entretanto, o índice de inadimplência em t-3 sobiu neste ano para 6,50 e o índice de inadimplência em t-4 sobiu para 6,57.

No próximo ponto, portanto, provaremos, através de uma lista de fatos econômicos ocorridos durante parte do terceiro trimestre e durante o quarto trimestre de 2008, que já no final do primeiro a economia brasileira começou a entrar em crise.

2008: crise

A estimativa do crescimento da economia brasileira neste ano, já se apresenta menor que a do ano anterior, mas esta diminuição não foi tão expressiva. Isto porque a utilização das estatísticas anuais mascarou o início da crise. Como esta se manifestou a partir do terceiro trimestre, como já dissemos, os dados do ano de 2008 não foram muito ‘prejudicados’.

Vamos, portanto, aos fatos:

Nos meados do ano de 2007, iniciou-se uma crise no mercado imobiliário americano, o que foi chamado de crise do subprime. Embora os dirigentes políticos e as autoridades econômicas do nosso país garantissem que esta perturbação não afetaria a economia brasileira, era evidente que as coisas não se dariam desta forma. Para nós, aquele era o agente deflagrador do início da etapa de crise do ciclo econômico mundial. Portanto, era perfeitamente previsível que, mais cedo ou mais tarde, a economia brasileira também entraria em crise. E foi precisamente o que ocorreu.

Em agosto já apareciam os sinais da destruição de capital com a queda da produção industrial atingindo 1,3%. Em setembro, somente no dia 10, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), tendo caído 6,4% em todo o mês de agosto, caiu 4,5%. As ações das empresas brasileiras despencaram, perdendo, de maio até meados de setembro, 30,8% do seu valor de mercado, o que representa uma quantia de US\$432 bilhões.

Em outubro, o “arrocho” do crédito já despontava com a redução dos prazos de financiamento e elevação das taxas de juros. Além disso, a Bovespa, que já havia operado acima dos 70.000 pontos, operava próximo aos 35.000. Além disso, foi precisamente neste mês que o lado real da economia começou a dar sinais mais claros de estar sendo atingido. Iniciou-se nele o processo de restrição do nível de produção através de processos de férias coletivas.

Em novembro, o apelo às férias coletivas continuou e algumas demissões começaram a ocorrer, pois o quadro de superprodução já estava se desenhando. A indústria automobilística, por exemplo, fechou esse mês com 305.000 carros nos pátios a espera de compradores, um estoque que, segundo a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores, estava gerando um custo de 12 bilhões.

Em dezembro, já se constatava que a Companhia Vale havia demitido 1.300 funcionários e havia dado férias coletivas a outros 5.500. Além disso, com o cancelamento de 7 bilhões em investimentos que seriam realizados no setor da construção civil, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo já esperava que, até o final do ano, cerca de 100 mil funcionários perdessem o emprego.

Desta forma, temos um quadro de superprodução generalizada em 2008 (superprodução, não só de mercadorias, mas também de capitais), o qual se tentou controlar, sem sucesso, através de processos de férias coletivas e de demissões, o que restringiu ainda mais a

demanda. Tendo em vista a descrição da conjuntura econômica deste ano feita por nós, não restam dúvidas de que, no final de setembro deflagrou-se a etapa de crise do ciclo econômico brasileiro.

CONCLUSÕES

Diante de tudo que foi exposto no presente trabalho, podemos agora definir o que causou a crise econômica pela qual passa a economia mundial atualmente. Não nos restam dúvidas de que, tendo o estouro da bolha imobiliária do setor financeiro norte-americano como agente deflagrador, esta é mais uma Crise Cíclica de Superprodução enfrentada pelo Modo de Produção Capitalista.

Além disso, podemos afirmar que a entrada da economia brasileira na crise é fruto da sua própria dinâmica interna e da relação desta com a dinâmica da economia mundial, ou seja, representa a entrada na fase de crise de um novo ciclo econômico. Diante de tal fato, espera-se que, no ano de 2009, os indicadores desta economia tenham uma piora considerável, pois, conforme já é sabido, está em marcha o processo de destruição de capitais. É de se esperar a piora da situação econômica geral com aumento do desemprego, falência de empresas, aumento da inadimplência, queda na produção, etc. A destruição cumprirá seu papel saneador e chegará o momento em que a economia entrará novamente em um processo de recuperação. Só a observação dos indicadores permitira dizer quando será este momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GAZETA MERCANTIL. São Paulo. 2008;

MARX, Karl Heinrich. **O Capital**. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural. 1986;

MCCRACKEN, Paul. **Pleno Emprego e a Estabilidade dos Preços**. 1976. p.17;

RIBEIRO, Nelson Rosas. A **Crise Econômica**: uma visão marxista. 1ª Ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. 2008;

RIBEIRO, Nelson Rosas. **Da Crise às Flutuações**: ciência ou ideologia?. 1ª Ed. João Pessoa: Mestrado de Economia. 2000;

RIBEIRO, Nelson Rosas. **A Acumulação do Capital no Brasil**: expansão e crise. 1988. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto Superior de Economia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal;

WADE, J. **History of the middle and working classes**. London. 1833;

www.ipeadata.gov.br;

www.imf.org.

Anexo 1 - Variação Real Anual do PIB do Brasil: dados brutos e tratados (%)

Anos	Dado Bruto	Médias Trienais Móveis	Filtro Hodrick-Prescott
1962	6.6	-	4.94
1963	0.6	-	3.00
1964	3.4	3.5	2.72
1965	2.4	2.1	3.37
1966	6.7	4.2	4.88
1967	4.2	4.4	6.25
1968	9.8	6.9	8.26
1969	9.5	7.8	9.67
1970	10.4	9.9	10.73
1971	11.3	10.4	11.58
1972	11.9	11.2	11.98
1973	14.0	12.4	11.45
1974	8.2	11.4	9.39
1975	5.2	9.1	7.77
1976	10.3	7.9	7.39
1977	4.9	6.8	6.45
1978	5.0	6.7	6.08
1979	6.8	5.6	5.84
1980	9.2	7.0	4.25
1981	-4.3	3.9	0.75
1982	0.8	1.9	-0.25
1983	-2.9	-2.1	0.61
1984	5.4	1.1	3.75
1985	7.8	3.4	6.06
1986	7.5	6.9	6.07
1987	3.5	6.3	4.09
1988	-0.1	3.7	1.82
1989	3.2	2.2	0.40
1990	-4.3	-0.4	-0.97
1991	1.0	-0.1	-0.27
1992	-0.5	-1.3	1.17
1993	4.7	1.7	3.30
1994	5.3	3.2	4.40
1995	4.4	4.8	4.15
1996	2.2	4.0	3.16
1997	3.4	3.3	2.26
1998	0.0	1.9	1.32
1999	0.3	1.2	1.36
2000	4.3	1.5	2.09
2001	1.3	2.0	2.13
2002	2.7	2.8	2.33
2003	1.1	1.7	2.72
2004	5.7	3.2	3.67
2005	3.2	3.3	3.98
2006	4.0	4.3	4.43
2007	5.7	4.3	5.05
2008	5.2	5.0	5.44

